



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO E CRISE DO CAPITAL

RENALVO CAVALCANTE SILVA

ALINE SOARES NOMERIANO

VICENTE JOSÉ BARRETO GUIMARÃES

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO Marx; Engels (2007) perceberam que a classe que detém o poder material dominante também mantém o poder espiritual dominante, de modo que os valores, as ideias, o comportamento, a cultura, a política, a educação etc. respondem às necessidades materiais de um determinado modo de produção. A partir desses pressupostos, entende-se que a educação tem sido um instrumento importante de internalização ideológica e de apreensão de conhecimentos que atendem aos interesses da classe dominante, o que não exclui uma possível contraposição aos paradigmas impostos pelo capital, pois a educação também oferece as possibilidades de desenvolvimento de uma posição crítica radical contra o poder exercido pelo regime econômico capitalista. Assim, o objetivo desta pesquisa bibliográfica foi compreender como se manifestam os aspectos ideológicos da educação na crise capitalista da contemporaneidade. **PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia. Educação. Crise do capital. **ABSTRACT** Marx; Engels (2007) realized that the class that has the power dominant material also retains the dominant spiritual power, so that the values, ideas, behavior, culture, politics, education etc. answer the material needs of a particular mode of production. From these assumptions, it is understood that education has been an important instrument of ideological internalization and apprehension of knowledge that serve the interests of the ruling class, which does not remove the possibility of opposition to the paradigms imposed by capital, because education also It offers the potential development of a critical position against the radical power exercised by the capitalist economic system. Thus, the objective of this research was to understand how come the ideological aspects of education in the capitalist crisis nowadays.

Keywords: Ideology. Education. Capital crisis.

INTRODUÇÃO A atual divisão da sociedade em classes baseia-se na manutenção da ordem pela classe dominante e na necessidade de negação do sistema econômico vigente pela classe dominada. A discussão principal, no plano ideológico, reside na decisão entre a continuidade ou a ruptura da ordem estabelecida. Desse modo, os homens devem se tornar conscientes dos interesses da classe social a qual pertencem. Ambas as classes sociais utilizam-se da ideologia para afirmar ou negar as convicções dos fenômenos existentes nas relações sociais formadas numa dada sociedade. Para a classe dominante, a importância da ideologia concentra-se na possibilidade de adequação da consciência dos indivíduos dominados à passividade e à aceitação das estruturas sociais que lhe são impostas. Sem a ideologia, portanto, as classes dominantes dificilmente conseguiriam exercer de maneira tão abrangente o domínio sobre as classes dominadas. Já o papel da ideologia antagônica à dominante é negar radicalmente a naturalização do poder e a exploração da sociedade de classes. Para melhor entendimento das reflexões dispostas nesta investigação de cunho bibliográfico, o artigo foi dividido em duas seções, onde a primeira trata da crise estrutural capitalista e as implicações no complexo da ideologia, enquanto na segunda seção, discute-se o esgotamento do sistema capitalista e as manifestações ideológicas no complexo educativo, cuja formação reduz-se às habilidades físicas, cognitivas e uma inculcação ideológica que apassiva os trabalhadores e seus filhos mediante a tragédia desumanizante instaurada pelo capital. **1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O FIM DA IDEOLOGIA: crise das ideologias ou ideologia na crise?**

Conforme apontam os estudos de István Mészáros (2002), a crise capitalista no atual momento histórico distingue-se das crises cíclicas comuns à lógica da natureza do capital. Não que as crises cíclicas tenham dado lugar à chamada crise estrutural; são dois momentos que se relacionam reciprocamente no atual momento de reprodução capitalista. De acordo com as pesquisas apresentadas por Mészáros, as crises cíclicas fazem parte constituinte do sociometabolismo orgânico do sistema, eclodindo de tempos em tempos, cada vez em períodos mais curtos. Já a crise estrutural surge como resultado das contradições históricas e dos “remendos” para forçar a preservação deste modo de produção econômico. A crise estrutural, como o próprio nome afirma, atinge toda a estrutura do sistema, e não há solução para ela nos limites deste modo de produção. Uma coisa é certa para o filósofo marxiano: o modo de produção do capital não pode existir sem crise; contudo, esta crise específica que se originou na década de 1970, se arrasta até então sem que possa ser controlada. Segundo Mészáros (2002), o caráter da crise contemporânea é ainda mais grave do que a grande depressão de 1929-1933, dada a sua expansão e penetração em escala mundial, não mais conjuntural ou aplicada a certos setores da sociedade. A crise estrutural não se reduz a atingir determinadas esferas ou ramos de atividades, pois esta crise toma aspectos

globais na realidade histórica hodierna. Por esse motivo, ela não segue a dinâmica cíclica do comportamento das crises de outros momentos históricos, já que possui um caráter permanente, persistindo desde a década de 1970 até a atualidade. Além disso, a crise estrutural tem como característica um aspecto rastejante e extensivo, com um poder destrutivo que pode ameaçar a existência humana. Já para os ideólogos burgueses, as crises do atual momento histórico são passíveis de solução. As “soluções” encontradas pelo capital, em tempos remotos, forçaram muitos pensadores, na década de 1930, a acreditarem no anacronismo das teorias que tratavam das crises capitalistas, já que para os seus ideólogos, tudo parecia estar resolvido por meio das políticas executadas pelo *Welfare State*. Logo, a burguesia decretou o *fim da história* e o fim da ideologia no momento em que o capital lançava mais uma “solução” para sua crise, evidenciando tão-só a incapacidade de existir uma sociedade para além do capital. Sobre o fim da história defendida pelos ideólogos capitalistas, Lukács afirma:

Isso, decerto, pressupõe, primeiro, uma crítica cuidadosa de toda ideologia burguesa atualmente influente, que chegou ao auge no capitalismo, com as tendências neopositivistas de uma assim chamada “desideologização” de nossos conhecimentos sobre o mundo, para apresentar o sistema atual da ordem socioeconomicamente manipulada como perfeição última do humanamente possível e assim atingir uma concepção do “fim da história”, que hoje faticamente já se encontra no estágio inicial de autodissolução. (LUKÁCS, 2010a, p. 156).

Para Lukács, é estabelecido o sistema do capital (e toda a sua ordem de coisas) como a única forma de mundo humanamente possível. Em verdade, a ideologia da não-ideologia não passa de uma estratégia ideológica do capital para transmitir de maneira velada uma contundente manipulação que visa perpetuar a lógica dominante. No entanto, quando as crises do capital não conseguem ocultar os seus limites, os ideólogos capitalistas tratam de desviar para algumas esferas da sociedade, a razão e o motivo da crise, tomando o efeito da crise pela causa dela. Desse modo, a ideologia numa sociedade de classes torna-se elemento fundamental para justificar todas as contradições e incoerências. Como se percebe até o momento, o modelo de sociabilidade capitalista necessita ainda mais desses fatores ideológicos, haja vista que os conflitos das classes historicamente antagônicas se acirram à medida que o regime econômico burguês alarga o abismo que separa os trabalhadores do consumo dos bens, tanto materiais quanto intelectuais. Assim, a crise estrutural do capital não atinge somente a

economia, a produção de mercadorias ou o consumo de produtos, mas afeta todos os complexos da sociedade. “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Ibidem, p. 797, grifo do autor). Para o “bom” funcionamento da ordem econômica capitalista, deve-se convencer a qualquer custo que os momentos de crise repousam na culpa do próprio trabalhador, já que, para os ideólogos burgueses, as bases fundantes do desemprego também podem ser encontradas na desqualificação profissional. Mészáros esclarece essa questão da seguinte forma: “O terreno material dessa incompatibilidade no plano internacional é a radical impossibilidade de introduzir *igualdade* substantiva no sistema do capital. Somente é aceitável a *camuflagem formal da desigualdade* fazendo-se passar por igualdade” (MÉSZÁROS, 2004, p. 30, grifo do autor). O Estado, por meio da superestrutura político-jurídica, procura despertar a sensação de que os indivíduos neste modelo de sociabilidade possuem garantia de liberdade e relações de igualdade estabelecidas por imparciais e justas normatizações legais, que hipoteticamente asseguram os interesses de todas as classes. “Por isso, é grotesco projetar a difusão universal das condições materiais favoráveis dos países capitalistas altamente privilegiados que, na verdade, para garantir seus privilégios, apoiam-se pesadamente na continuação da dependência estrutural e da miséria dos outros [...]” (Ibidem, p. 33-34). Para Marx (2007), as relações mediadas pelo Estado através de sua superestrutura política e jurídica não passam de uma ilusão. Isso se torna mais claro quando até as propriedades designadas por um título jurídico não possuem validade objetiva alguma, pois “[...] o direito, surgido porque existe a sociedade de classes, é, por sua essência, necessariamente um direito de classe: um sistema para ordenar a sociedade segundo os interesses e o poder da classe dominante” (LUKÁCS, 2010, p. 63). Torna-se evidente, então, que o sistema econômico capitalista chegou aos limites últimos de sua reprodução social, não havendo mais possibilidades de contornar problemas que em outras fases seriam resolvidos com políticas de assistência, expansão imperialista ou guerras que ampliavam a produção destrutiva e, ainda, garantiam o poder hegemônico das economias centrais. Mészáros é categórico quando assevera que “O sistema de dominação está em crise porque sua *raison d’être* e sua justificação histórica

desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801, grifo do autor). Dessa forma, o capital não consegue mais justificar coerentemente seu modo de produção e reprodução da sociedade, visto que a crise estrutural não está ligada apenas a determinados complexos sociais ou setores produtivos da economia capitalista, mas se espalha por toda a estrutura socioeconômica, que rebaixa a níveis cada vez mais degradantes a existência de uma considerável parcela da população global. “Esse é o verdadeiro caráter do atual regime histórico de produção e de reprodução social, em que a destruição da humanidade é uma condição necessária para seu *saudável desenvolvimento*. Essa é a mãe de todas as contradições” (MARTINS, 2005, p. 34, grifo do autor). Para tanto, encontra-se uma maneira de conservar a classe trabalhadora “indiferente” às tempestuosas crises do capital ao fazer uso do onipresente aparato repressivo e ideológico deste modo de produção, porque para mover as armas contra uma “horda” de trabalhadores ou de nações insatisfeitas, torna-se necessário internalizar na cabeça daqueles que vão empunhar as armas, a crença de que a ação empreendida serve a uma causa nobre, ainda mais quando muitos desses soldados ou policiais são de origem proletária. O que resta para os capitalistas, portanto, é uma forte propaganda ideológica que tenta justificar as causas das crises, da miséria e as intervenções armamentistas em nações estrangeiras. E assim o faz, à medida que a liberdade proposta pela democracia liberal, sempre que necessário, rompe com seus próprios valores, ao apregoar a soberania das nações e ao mesmo tempo invadi-las em nome da paz, aviltando os direitos individuais, visando à conservação da ordem. Por isso, as convicções ideológicas defendidas por este ordenamento socioeconômico têm de ser elaboradas de tal maneira que, apesar da miséria que se amplia gradualmente, do desemprego e de guerras intermináveis, respaldem a defesa de valores e ideologias que difundem o *fim da história* como um processo histórico que se encerra no capital, já que “[...] toda ideologia de classes tende a conceber a situação social que lhe parece solução de todos os problemas como ‘fim da história’” (LUKÁCS, 2010, p. 291). A partir dessas considerações de Lukács, entende-se que a própria condição de classe privilegiada conduz uma parte significativa de intelectuais a defender a permanência de um modo específico de produção, ainda que este modo de produção revele claros sinais de desgaste. Por esse

motivo, o comunismo representa o fim da pré-história, cujo homem começa de fato a construir sua história, livre das imposições que afligem a classe dominada. Mészáros afirma que:

Compreensivamente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. (MÉSZÁROS, 2004, p. 59). Portanto, o controle instituído pelo capital sobre toda a sociedade e suas instituições culturais, educacionais, políticas, jurídicas etc. podem facilmente incutir nos próprios trabalhadores os valores mais caros à ordem capitalista, impondo que cada indivíduo particular não se reconheça como indivíduo coletivo, mas sim regido por interesses privados; além de difundir a ideia de que os comportamentos preestabelecidos para a sociedade capitalista são universais e indiscutíveis. As classes sociais obviamente se encontram em lados opostos, com interesses que não coincidem, pois, enquanto a classe dominante luta para continuar no poder, a classe proletária deve defender os verdadeiros valores universais, já que a luta que se propõe tem por objetivo a extinção de qualquer poder de um grupo humano sobre outro. Ou seja, a eliminação das classes sociais e, por conseguinte, de sua própria condição de classe, consequentemente, extinguir as relações de dominação do homem pelo homem.

2 A IDEOLOGIA E A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE Para Marx, são as relações econômicas produzidas em determinados momentos históricos que estabelecem determinações nos vários complexos sociais desenvolvidos ao longo da história do ser social. Desse modo, não são as ideias que determinam a realidade objetiva, mas justamente o contrário. A forma que os homens produzem sua existência conduz a sociedade à tomada de determinadas ações, internaliza crenças, valores e comportamentos exigidos em específicos modos de produção. Ainda segundo Marx (2003, p. 5), “o conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta à qual correspondem determinadas formas de consciência social, política e intelectual em geral”. Nesse sentido, a educação protagoniza um papel importante em toda a história dos homens, e numa sociedade de classes assume também uma especificidade sistemática- institucional. A educação de caráter estrito da sociedade de classes tem sua maior expressão no capital, pois atende a pré-requisitos fundamentais para a produção e a

reprodução social deste sistema econômico. Marx e Engels criticam em *A Ideologia Alemã* os interesses de classe vinculados ao pensamento de Kant; dizem que “[...] nem os burgueses alemães, de quem ele foi o porta-voz eufemístico, perceberam que na base dessas ideias teóricas estavam os interesses materiais de produção [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 194). Portanto, as circunstâncias a que a classe trabalhadora está exposta não oferecem as condições para que ela se aproprie dos bens materiais e intelectuais produzidos pela humanidade de maneira significativa. Como afirmam Marx e Engels (2007), os indivíduos que estão em determinadas situações desfavoráveis, deixados à sorte de um regime opressor e excludente, são levados a um desenvolvimento unilateral e deficiente. De acordo com Marx e Engels:

Para um indivíduo, por exemplo, cuja vida abarca uma grande esfera de atividades variadas e relações práticas com o mundo, que, portanto, leva uma vida multifacetada, o pensar possui o mesmo caráter de universalidade de cada uma das demais manifestações vitais desse indivíduo. Por essa razão, ele não se fixa como pensar abstrato, nem há necessidade de artifícios reflexivos rebuscados quando o indivíduo passa do pensar para alguma outra manifestação vital. Trata-se sempre, desde o início, de um momento que desaparece e se reproduz de acordo com a *necessidade* no todo da vida do indivíduo. (Ibidem, p. 257, grifo do autor). Por esse motivo, para os pensadores alemães as várias atividades que são destinadas para os trabalhadores somadas à baixa condição de existência dificultem um pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. Isso não significa afirmar que os educandos, filhos da classe trabalhadora, não possam demonstrar um alto desenvolvimento cognitivo. Porém, a probabilidade de isso ocorrer com certa frequência é cada vez menor, principalmente nos períodos de crise do capital. A educação ofertada nas escolas sob a lógica do capital alimenta os interesses das classes dominantes, cujo objetivo não consiste, o que é óbvio, em elevar a consciência dos indivíduos, nem em apontar para uma futura sociedade emancipada. Newton Duarte avalia que:

[...] ao mesmo tempo que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa, sob a ótica das classes dominantes, ser limitada aos aspectos mais imediatamente

atrelados aos processos de produção da força de trabalho, evitando-se a todo custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção. (DUARTE, 2006, p. 6). A partir daí, pode-se entender que a formação intelectual no capitalismo não se prende somente a atividades técnicas que devem ser desempenhadas pelo futuro trabalhador, mas também tem a finalidade de inculcar nos indivíduos a aceitação acrítica do que está posto. O conhecimento, portanto, transforma-se em artigo fundamental para a manipulação ideológica e a adaptação incontestes à ordem estabelecida; pelo menos a intenção é essa, pois a consciência reprodutivista atrelada aos interesses do capital nem sempre consegue realizar-se eficientemente, uma vez que não se pode precisar o comportamento e a ideologia que assumirá um indivíduo, por mais exposto que ele esteja a essa influência. Desta maneira, a educação, sobretudo a institucional, pretende formar indivíduos que correspondam o máximo possível aos interesses do modo de produção vigente, atendendo às determinações impostas por aqueles que mantêm o controle social. Lukács afirma que “[...] toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinados, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aqueles que parecem prejudiciais para essa situação” (LUKÁCS, 2010a, p. 224). De acordo com Lukács, a educação não cumpre uma função social independente das relações de produção, internalizando valores e conhecimentos pragmáticos e utilitários, seja para cumprir os aspectos técnicos, importantes para as atividades laborais do capital, seja para transmitir a ideologia dominante. Lukács ainda assegura que

[...] o aumento das exigências deve se difundir constantemente nesse desenvolvimento: escrever, ler e calcular passaram de privilégio de uma pequena minoria a um bem comum, porque as possibilidades de reação por elas despertados se tornaram indispensáveis para camadas cada vez mais amplas da população. Esses fatos são conhecidos de todos. (Ibidem, p. 224-225). Nesse trecho, Lukács consegue expor uma característica do caráter contraditório do capital: o próprio avanço das forças produtivas leva o capital a criar maiores oportunidades de educar os trabalhadores. Mesmo que esta educação não apresente uma qualidade significativa, ainda assim conduz a capacidade intelectual da sociedade a um patamar superior ao de

outros modos de produção pré-capitalistas. Para Duarte (2006), a partir de políticas neoliberais, a educação assume aspectos ainda mais devastadores na consciência da classe trabalhadora, pois não só a educação, mas toda a sociedade manifesta a decadência da própria estrutura crítica em que se apresenta o capital, agravada pela crise econômica hodierna. “No caso da educação escolar, trata-se de resistir a todas as artimanhas da ideologia dominante, que resultam em processos objetivos pelos quais a sociedade contemporânea lança as massas não só na miséria material, mas também na miséria intelectual” (DUARTE, 2006, p. 8). Logo, a miséria apresentada pela educação no mundo contemporâneo não é outra coisa senão a miséria do mundo real, de modo que as leis que regem a produção e reprodução do capital não podem oferecer dentro deste regime econômico um desenvolvimento expressivo de todas as dimensões humanas, dados os próprios limites ditados por suas estruturas. Contudo, não retira o vasto campo de possibilidades de superação. Giovanni Alves entende que

O “núcleo humano” da subjetividade do trabalho está afetado por uma das principais contradições da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico, isto é, a contradição objetiva entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, transformando seu tempo livre em *otium*, contribuindo para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisionem o homem, seja através da transformação do tempo de vida em tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa. (ALVES, 2011, p. 120). Não se pode esperar da educação institucional encontrada no capital outra posição que não seja postular métodos, técnicas e conteúdos que reforcem uma indiferença subjetiva, adaptada e subserviente aos interesses da burguesia. Contudo, ainda que a escola capitalista seja montada para produzir material e subjetivamente os interesses das classes dominantes, tem de se admitir que existem fissuras e contradições que negam o caráter de uma ação inexorável à consciência dos indivíduos que os leve à condenação sumária de agir sempre de acordo com os desígnios da educação dominante. Lukács, na *Ontologia do Ser Social*, enfatiza a importância da subjetividade quando afirma que o reino da liberdade só pode ser realizado pelos atos dos homens “[...] que para esse objetivo necessitam do maior equipamento ideológico.

da ideologia produzida, conservada e elevada a um nível superior pela continuidade do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 1986, p. XCVII). Em tempos de crise, obviamente, a ideologia capitalista deve mostrar-se mais eficiente, sobretudo em setores da sociedade como a educação, que não só imprime valores ideológicos dominantes, mas também prepara indivíduos para se adequarem tecnicamente ao modo de produção do capital. Maria Orlando Pinassi assim argumenta:

[...] a construção de um devir humanamente real e racional conduz a um radical redimensionamento de todas as dimensões essenciais ao processo de superação do existente. Com isso se afirma que a composição de uma sociabilidade de novo tipo, capaz de conferir tal sentido ontológico ao processo, necessariamente precisa remeter ao papel da educação e suas intencionalidades históricas. (PINASSI, 2009, p. 96-97). Por meio de Pinassi, compreende-se que a elevação da consciência dos indivíduos torna-se um fator imprescindível para se alcançar uma sociedade igualitária e emancipada, encontrando na educação um complexo social e ideológico expressivo para se chegar a tais termos, de modo que as condições objetivas precisam de uma ideologia comprometida com a classe trabalhadora, que a conduza à superação da ordem existente. Mészáros, em *Para Além do Capital*, demonstra como o capital difunde sua ideologia até que a população assimile as regras, as leis e a política estabelecida como algo natural e incontornável. A naturalização das relações sociais encontradas no capital conduz a sociedade a atomizar os problemas como se estes não fossem produzidos pela própria realidade material instituída por um determinado modo de produção. Desse modo, a educação como um complexo social ligado diretamente ao setor produtivo, e como importante veículo de reprodução ideológica capitalista, não fica isenta de sofrer todos os efeitos materiais e subjetivos da sociedade em crise. Portanto, para a perspectiva marxiana, a igualdade apenas pode ser alcançada numa sociedade onde as condições postas também sejam igualitárias, reconhecendo-se, sobremaneira, as desigualdades individuais. Para Marx (1999, p. 8), uma sociedade igualitária teria a seguinte inscrição em sua bandeira: “De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades”. Logo, o pensamento corrente entre os defensores do “fim da história” neste exato momento histórico não é novidade, só que, agora, a

profunda crise em que se arrasta o capital exige de seus ideólogos um sacrifício maior para impor sua falsa consciência. Segundo Marx e Engels:

Quanto mais a forma normal de intercâmbio da sociedade e, com isso, as condições da classe dominante desenvolvem sua oposição às forças produtivas progressistas, quanto mais cresce, em decorrência, a discórdia na própria classe dominante e entre esta e a classe dominada, é claro que tanto mais inautêntica se torna a consciência que originalmente corresponderia a essa forma de intercâmbio, isto é, ela cessa de ser a consciência que corresponde a ela, e tanto mais as representações sobre essas relações de intercâmbio que vinham sendo transmitidas, representações essas em que os interesses pessoais reais etc. são declarados como universais, descambam para meras frases de efeito idealizadoras, para a ilusão consciente, para a hipocrisia proposital. (MARX; ENGELS, 2007, p. 283). E esse ideário ilusório e hipócrita dado como universal, como observam Marx e Engels, representa lugar-comum nas instituições de ensino, de maneira que a adaptação a rápidas e intensas mudanças na produção capitalista repercute nas mudanças curriculares e, com isso, nas intenções da educação institucional para assegurar a manutenção do poder capitalista. Desse modo, a educação que está disposta aos filhos dos trabalhadores dita o que se deve pensar e como pensar, complementando a miséria do mundo em que já vivem. Como apontam Marx e Engels (2007), o pensar torna-se tão abstrato como a sua própria vida, um pensar que não oferece risco ao poder dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A teoria do fim da história baseia-se num frouxo argumento teórico que é constantemente reproduzido por todos os setores da sociedade, sobretudo os educacionais: a necessidade de afirmar o fim das ideologias devido à derrocada dos supostos países comunistas conduz a sociedade a aceitar os aspectos supostamente “não-ideológicos” e evolutivos da política e da economia (neo)liberal. O pessimismo pós-moderno, aliado ao ideário neoliberal, procura ratificar a inviabilidade de teorias radicais que se fundam na superação do capital. Com isso, a educação ficou restrita a incutir na mente dos educandos as habilidades cognitivas e adaptativas aos interesses mercadológicos capitalistas, constituídas para produzir sujeitos heterônimos diante das necessidades históricas de romper com esse sistema econômico. Portanto, a subjetividade é um fator histórico que sofre os reflexos das relações econômicas da sociedade, porém, sempre numa

relação co-determinante produz as alternativas que identificam a classe trabalhadora como sujeito da história, responsável pelo seu próprio destino e pelo da sociedade, dado o seu caráter universalizante. Por conseguinte, o papel da ideologia revolucionária é tentar cumprir uma ação eminentemente emancipatória. A capacidade emancipatória consiste na força consciente para lutar contra o poder dominante, que decreta o fim da história aprisionada à sociedade burguesa. Então, pensar um novo modelo educacional significa mudar as estruturas que fundam as ideias, valores e conceitos da escola contemporânea; mas para que isso aconteça torna-se mister a realização de atividades educativas que promovam um alto desenvolvimento subjetivo da classe proletária para que ela possa agir sobre a realidade e, enfim, alcance uma sociedade emancipada. Logo, enquanto o capitalismo vigorar como sistema econômico predominante, não há como se projetar uma educação que se aproxime de uma formação ampla, omnilateral. Desse modo, compreende-se que somente por meio de educadores ideologicamente comprometidos com a ruptura radical da sociedade capitalista, torna-se possível deslocar os educandos do senso comum a um conhecimento científico permeado de valores éticos e de uma ideologia que está sedimentada em valores universais, num projeto de sociedade igualitária e verdadeiramente emancipada.

REFERÊNCIAS ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social..** São Paulo: Boitempo, 2010. _____. **O problema da ideologia.** Tradução: Ester Vaisman. Roma: Riuniti, 1981. João Pessoa: Ufpb, 1986. MARTINS, José Antônio. **Império do terror:** Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007. MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004. _____. **Para Além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

* Mestre em Educação pela UFAL. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Educação, Marxismo e Ontologia (UFAL-Campus de Arapiraca). Professor da Universidade Estadual de Alagoas (Campus de Arapiraca). E-mail: renalvo.pedagogo@gmail.com

** Mestre em Educação pela UFAL. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Educação, Marxismo e Ontologia (UFAL-Campus de Arapiraca). Professora da Universidade Federal de Alagoas (Campus de Arapiraca). E-mail: asnomeriano@arapiraca.ufal.br

*** Mestre em Educação pela UFPB. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Educação, Marxismo e Ontologia (UFAL-Campus de Arapiraca). Professor da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. E-mail: vicentejosebarretog@gmail.com

Recebido em: 03/07/2016

Aprovado em: 03/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: